



# MOÇAMBIQUE

Jornal do Governo



ANO II - Nº 0065  
SEMANTAL

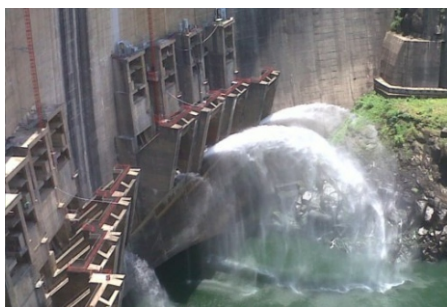
Directora - Tónia Macúcuca | Editor - Mendes José | 06 de Agosto 2014 | Distribuição Gratuita

## Governo e Renamo harmonizam documentos do diálogo político



• pag's 2

### Governo aprova construção da Barragem de Moamba-Major



• pag 3

### Reduz desequilíbrio de género na Função Pública



• pag 7

### Governo empenhado em garantir sustentabilidade das TIC



• pag. 4-5

## DIÁLOGO GOVERNO-RENAMO

**Harmonizados documentos para o retorno à estabilidade total**

Por: Elisete Muiambo/Moçambique

A sexagésima nona ronda do diálogo entre o Governo de Moçambique e o partido Renamo, realizada terça-feira, em Maputo, constituiu momento importante pelo facto de as partes terem harmonizado os três principais documentos que deverão ditar o retorno à estabilidade total no país. Trata-se do Memorando de Entendimento, Mecanismos de Garantias e os Termos de Referência que visam a intervenção de observadores internacionais, para a monitoria do processo de integração dos homens da Renamo nas Forças de Defesa e Segurança, nomeadamente, o Exército e a Polícia.

Falando em conferência de imprensa, após a roda do diálogo político, chefe adjunto da delegação do Governo e Ministro dos Transportes e Comunicações, Gabriel Muthisse, assegurou que dada a urgência do processo, pretende-se que a assinatura do memorando de entendimento e a vinda, ao país, de militares estrangeiros ocorram antes das eleições gerais, a terem lugar a 15 de Outubro.

Muthisse explicou que para que Moçambique volte a uma situação de estabilidade total, todos os actores devem participar nas actividades políticas normais e que os consensos alcançados abram espaço para que o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, saia do local onde se encontra, para continuar a vida política.

A calendarização do período operacional deverá ser feita por peritos militares nacionais do Estado e da Renamo, junto de observadores internacionais, de acordo com a realidade no terreno.

“Ligado a esse aspecto, estará em curso a implementação do acordado no memorando de entendimento e, provavelmente, um passo a adicionar é a preparação e envio à Assembleia da República, do Projecto de Lei de



Delegação do Governo no diálogo com a Renamo

Amnistia, que cubra as acções criminosas que possam ter ocorrido durante os cerca de 18 meses contra pessoas e bens” sustentou Gabriel Muthisse.

Por sua vez, o chefe da delegação da Renamo, Saimon Macuiane, explicou que a harmonização dos documentos constitui uma fase importante mas não a última, dado que os mesmos terão que ser materializados através de actos jurídicos, com destaque para as matérias que dizem respeito à aprovação do Projecto de Lei de Amnistia, a ser submetido pelo Governo à Assembleia da República, bem como outras fases subsequentes da implementação do memorando.

“É óbvio que hoje (terça-feira) não

assinámos o fim das hostilidades no país, mas temos, neste momento, a oportunidade de fazer chegar às nossas lideranças, neste caso, nós faremos chegar ao presidente da Renamo, e o governo deverá fazer o mesmo, para se estabelecer uma data oficial para se assinar o harmonizado, para de uma vez para sempre colocar fim às hostilidades”, assegurou Macuiane.

Desde o início do diálogo político, O Governo e a Renamo discutiram pontos relativos ao Pacote Eleitoral, que foi conceptualizado na Assembleia da República, abrindo espaço para a entrada de novos membros da Renamo, ou por si propostos, nos órgãos eleitorais e, segundo, os pontos harmonizados ontem, haverá incorporação de índole militar.

**Morreu o deputado Azevedo Mussibora**

A Assembleia da República de Moçambique está de luto, na sequência da morte, segunda-feira (04 de Agosto), do deputado Azevedo Mussibora, da bancada da Frelimo pelo círculo eleitoral de Tete.

Azevedo Mussibora morreu numa clínica na África do Sul, vítima de doença. Uma nota de imprensa indica que a data do funeral do deputado será anunciada oportunamente.

Na Assembleia da República, Mussibora era membro da Comissão do Plano e Orçamento e do Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV/Sida.

## ABASTECIMENTO DE ÁGUA A MAPUTO E MATOLA

### Governo ratifica contrato de financiamento de construção da Barragem de Moamba-Major

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

*Reunido, esta terça-feira, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução que ratifica o contrato de financiamento para a construção da Barragem de Moamba-Major, na bacia do Incomati, província de Maputo, para o reforço do abastecimento de água às cidades de Maputo e Matola, bem como impulsionar a irrigação dos campos de cultivo no distrito da Moamba, onde a infra-estrutura estará situada, assim como em toda a província de Maputo.*

Falando em conferência de imprensa, o porta-voz da sessão, Alberto Nkutumula, explicou que foi ratificado um valor de 320 milhões de dólares, entre Moçambique e o Brasil, no âmbito da Cooperação Sul-Sul, para a edificação do referido empreendimento.

“O objectivo deste empreendimento é garantir maior e melhor qualidade de fornecimento de água ao Grande Maputo, bem como a irrigação de campos agrícolas na região da província de Maputo”, apontou Nkutumula, acrescentando que “com o aumento da capacidade vai-se colmatar o défice de aprovisionamento de água”.

A construção da referida barragem, que poderá durar cinco anos, vai permitir a expansão das áreas irrigadas, o que se espera que resulte no aumento da produção agrícola na província de Maputo, deixando de ter uma agricultura sazonal, em que parte da produção depende da chuva e dos rios que atravessam a região, tendo em conta que agricultura é uma das formas de combate à pobreza e constitui uma das actividades praticadas por muitos residentes da província de Maputo.

#### Plano Multisectorial para a redução da Desnutrição Crónica 2011-2010

Ainda na sessão desta terça-feira, o Conselho de Ministros apreciou o Plano de Combate à Desnutrição Crónica no país. O instrumento surge numa altura em que muitos moçambicanos sofrem desta doença, principalmente crianças abaixo dos cinco anos.

Trata-se de um plano multisectorial que visa reduzir o número de cidadãos

com desnutrição crónica. No quadro do plano, cada sector, instituição ou Ministério deve apresentar objectivos concretos tendentes à redução da desnutrição crónica até 2020.

Falando a jornalistas, a Vice-Ministra da Saúde, Nazira Abdula, explicou que actualmente 43 por cento das crianças moçambicanas sofre de desnutrição crónica, maioritariamente menores de cinco anos.

A governante alertou, entretanto, que além de crianças enfrentam desnutrição crónica mulheres grávidas e adolescentes.

O plano foi desenhado na perspectiva de envolver, não apenas o sector da saúde, no combate à desnutrição crónica mas também outros sectores, nomeadamente, os Ministérios da Educação, Agricultura, Obras Públicas e Habitação, entre outros intervenientes.

“A educação nutricional é um dos grandes problemas a ter conta no país, para reduzir a desnutrição crónica. Esta educação deve implicar o envolvimento das comunidades e o reforço do poder local”, explicou a dirigente, exemplificando, entretanto, que muitas regiões do país produzem alimentos diversos para o consumo, mas, nessas zonas, o índice de desnutrição crónica é elevado. Isso mostra que a educação nutricional constitui uma das questões a ter em conta para a redução deste fenómeno. Nazira Abdula afirmou que 75 por cento das acções realizadas para a redução da desnutrição surtiram efeitos desejados, apontando, no entanto, que 25 por cento das actividades está estacionária.

“A perspectiva do governo é que até 2020 a desnutrição crónica atinja apenas 20 por cento das crianças moçambicanas”, defendeu a Vice-Ministra, referindo-se à existência de sete estratégias que visam o combate à desnutrição crónica.

#### A sessão do Conselho de Ministros aprovou:

O Decreto que altera o Decreto que cria o Museu das Pescas

O Decreto visa dotar o Museu de Pescas de um órgão de consulta e acompanhamento das suas actividades de investigação e padronizar as designações das unidades orgânicas.

Aprovou igualmente o Decreto que aprova o Regulamento da Implementação da Segurança Social Básica pelas instituições Religiosas e Organizações Não-Governamentais, nacionais e estrangeiras.

O Regulamento tem por objecto regulamentar a acção desenvolvida pelas instituições religiosas e as organizações não-governamentais, nacionais e estrangeiras, na República de Moçambique, que intervêm na área de segurança social básica, através da prestação de assistência social aos grupos vulneráveis;

O Conselho de Ministros aprovou o Decreto que cria a Comissão Nacional dos Assentamentos Humanos, abreviadamente designada CNAH.

A Comissão Nacional dos Assentamentos Humanos é um órgão de consulta e coordenação intersectorial para a implementação de políticas e programas do Governo relacionados com o planeamento, desenvolvimento e gestão dos assentamentos;

A Resolução que ratifica o Acordo no TF 17375, entre o Governo da República de Moçambique e Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), assinado no dia 7 de Junho de 2014, em Maputo, no montante de 15 milhões de dólares, destinado ao financiamento do Fundo Global para a Redução e Recuperação Pós-Desastre (Obras de Emergência Relacionadas na Bacia do Rio Limpopo), no âmbito do Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes – Fase II;

A Resolução que determina que Daniel Chamo Lampião cessa as funções de Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional da Marinha (INAMAR);

A Resolução que nomeia Jafar da Conceição Ruby para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional da Marinha (INAMAR);

A Resolução que nomeia Geraldo Raul Cossa para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento dos Transportes e Comunicações (FTC).

#### O Conselho de Ministros apreciou:

O Diálogo entre o Governo e a Renamo;

Os Relatórios de Avaliação do Desempenho Global de Moçambique.

## PROMOVENDO O DIREITO DE COMUNICAR

# Governo empenhado em garantir sustentabilidade das TIC

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

“O governo de Moçambique, orientando-se pelo objectivo de promover o direito de comunicar, continuará a criar ambiente adequado ao crescimento e sustentabilidade das tecnologias e comunicação e informação (TIC), ao desenvolvimento, expansão e modernização de infra-estruturas de comunicação”, disse o Ministro dos Transportes e Comunicações, Gabriel Muthisse, no seu discurso de abertura da Feira das Tecnologias de Informação e Comunicação, denominada MOZTECH, realizada semana finda, em Maputo.

Trata-se de uma plataforma tecnológica e de comunicação concebida e desenvolvida por actores públicos e privados do sector das comunicações e da comunicação social do país.

Na sua intervenção, Gabriel Muthisse apontou ser interesse do governo manter aberto o sector das comunicações de modo a garantir a participação do empresariado nacional no mercado competitivo. Explicou que um país vencedor é aquele que moderniza os seus serviços apoiando-se nas TIC, garantindo que os cidadãos tenham os seus direitos protegidos. Muthisse defendeu, por isso, ser importante que os estudantes dos cursos de engenharia informática e de áreas afins entrem em contacto com as tecnologias nos primeiros anos de formação, para poderem aprofundar os conteúdos que assimilam na escola e visualizarem as saídas para a aplicação dos conhecimentos após a conclusão dos estudos.

A MOZTECH constitui um evento anual que inclui a realização de feiras; exposições; debates, com destaque para temas ligados à tendência global das telecomunicações e cerimónias de premiação na área das Tecnologias de Informação e comunicação. O evento abordou igualmente a migração



Ministro dos Transportes e Comunicações, Gabriel Muthisse

digital em Moçambique e regulação num ambiente de convergência tecnológica.

A feira teve a duração de dois dias e, segundo o Ministro dos Transportes e Comunicações, constituiu oportunidade para as empresas participantes entrarem em contacto com as TIC, de modo a perceberem como melhorar a prestação dos seus serviços; daí que o desafio, para os pioneiros da iniciativa, é convidar, nos próximos eventos, empresas como a banca, seguradoras, produtores de espectáculos musicais, os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), empresas de camionagem, entre outras.

Outro desafio colocado aos cientistas é como é que as TIC podem convergir com a cadeia de valores, associada à produção, consumo, gestão, distribuição de tecnologias, dos serviços de telecomunicações e conteúdos para alcançar o desenvolvimento económico e sócio-cultural em Moçambique.

Ainda no discurso de abertura da MOZTECH, o Ministro dos Transportes e Comunicações salientou que para tirar benefício das TIC é necessário expandir as infra-estruturas das telecomunicações pelo território

nacional, não apenas as que permitem a realização de chamadas telefónicas mas também os serviços de banda larga, para permitir que o cidadão tenha acesso à internet.

“Precisamos ainda de desenvolver aplicações de valor acrescentado que tirem benefícios destas infra-estruturas (banda larga), para melhorar os serviços que as nossas empresas e Governo oferecem ao cidadão”.

A título de exemplo, o dirigente explicou que os serviços da banca, transportes, saúde, educação, processos democráticos e participação dos cidadãos na democracia e cidadania, bem como os serviços públicos podem ser fortemente apoiados e tornarem-se eficientes com o uso das TIC.

“Queremos que os nossos agricultores e pescadores integrem as Tecnologias de Informação e Comunicação no seu negócio e na sua vida diária. Para isso, queremos convidar a todos a injectarem o seu saber e criatividade para desenvolver aplicações que transformem as infra-estruturas de telecomunicações em instrumentos que contribuam, de forma concreta, no desenvolvimento económico e social, criando benefícios claros para o cidadão”, apontou Muthisse.

Cont. na pág 5

## Papel das TIC na Sociedade de Informação

Segundo Gabriel Muthisse, a promoção da MOZTECH tem o mérito de estimular o uso e expansão do acesso dos moçambicanos às Tecnologias de Informação e Comunicação, levando ao público os seus benefícios, que hoje não passam despercebidos na sociedade. Nas zonas rurais, apesar de a população não ter acesso a todos os serviços das TIC, o acesso ao telemóvel permite que o cidadão participe em pé de igualdade com os demais da sociedade de informação.

“Tenho me espantado com o nível de argumentação das pessoas que vivem nas zonas rurais, que não têm acesso

ao jornal diário, nem televisão, mas participam nas redes sociais a partir do telemóvel, que é um aparelho que está a mudar as percepções, maneira de ser, os valores, a cultura e os gostos de toda uma população que no passado esteve aparentemente isolada”, argumenta o dirigente, destacando que o jornal físico, que ontem desempenhava um papel importante na difusão de informação, hoje abarca poucos dos 23 milhões de moçambicanos, devido a factores como o número de tiragem, rede de distribuição, sistema de transporte e outros constrangimentos.

Muthisse pretendia, neste ponto, deixar claro que em muitos países, actualmente, o jornal físico está a ser

substituído pelo electrónico, que não só dispensa tiragem, mas também, através da internet pode ser lido por muito mais cidadãos com recurso a aparelhos como computador ou telemóvel, em qualquer ponto do mundo.

Em Maio do ano passado, o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) e as empresas Correios de Moçambique, Telecomunicações de Moçambique (TDM), Televisão de Moçambique (TVM), TV Cabo, SOICO, Mcel e Vodacom celebraram um memorando de entendimento sobre a constituição do projecto MOZTECH.

## Aumenta acesso à água potável em Mandlakazi

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

No âmbito da implementação de políticas que visam a melhoria das condições de vida dos cidadãos e da aplicação de medidas tendentes a evitar que os residentes percorram longas distâncias para o acesso à água para o consumo, o Município de Mandlakazi, na província de Gaza, fornece, actualmente, água a mais de 25 mil consumidores.

Em entrevista ao 'Jornal Moçambique', a Presidente do Município de Mandlakazi, Maria Helena Langa, explicou que neste momento está em construção um sistema de abastecimento de água, para permitir de todos os residentes da vila municipal tenham acesso à água potável.

“O sistema de abastecimento de água, em construção, está avaliado em 89 milhões de meticais. É financiado pelo Ministério das Obras Públicas e Habitação”, apontou a Presidente daquele Município, argumentado que o sistema irá resolver, em definitivo, o problema de falta de água na autarquia de Mandlakazi.

Em conversa com o nosso Jornal, Maria Helena Langa explicou que neste momento estão operacionais dois sistemas, o que faz com que os habitantes não se ressintam, em grande escala, da falta de água.

A Presidente do Município de Mandlakazi avançou que os referidos

25 mil munícipes (o correspondente a 75 por cento da população da Vila Municipal) têm acesso à água potável através de fontenários e de postos de abastecimento, havendo, entretanto, a necessidade de construção de um sistema com maior capacidade, que permita a canalização de água para as residências.

Falando de outros desafios que aquele Município tem pela frente, a governante apontou a necessidade de asfaltagem das estradas, adiantando que haverá intervenção, em breve, em quatro ruas.

“Estamos a trabalhar na manutenção das vias de acesso e já fizemos o processo de Procurement para a construção de seis quilómetros de terra planada, que vai iniciar em breve”, assegurou Langa.

A Vila Municipal de Mandlakazi possui a Vereação das Finanças, que responde pela planificação e finanças, administração, património e coordenação institucional; a Vereação dos Assuntos Urbanos, responsável pela construção, urbanização, abastecimento de água e saneamento; a Vereação dos Assuntos Sociais, que responde pela saúde, educação, mulher, cultura, juventude e desportos,



Construção de sistema de abastecimento de água

assuntos religiosos, tempos livres, e a Vereação de Actividades Económicas, responsável pelos sectores da indústria, comércio, mercados, feiras, transportes, comunicação, energia, agricultura, pesca e meio ambiente.

A rede escolar do Município é constituída por 13 estabelecimentos de ensino, dos quais três do nível primário do 1-o grau, seis do ensino primário completo, três do nível secundário geral completo que possui um internato e uma escola do ensino técnico básico em ciências agrárias.

A Vila Municipal de Mandlakazi situa-se na sede do distrito do mesmo nome, na província de Gaza. A norte faz limite com o posto administrativo de Mozucane, a leste com Maguzene e a oeste com Malehice - um posto administrativo do distrito de Chibuto.

# Governo privilegia formação do capital humano

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

O Ministério da Educação, através do Instituto de Bolsas de Estudo (IBE), atribuiu, nos últimos cinco anos, mais de cinco mil bolsas de estudo a moçambicanos, para frequentarem cursos do ensino superior, dentro e fora do país. A medida constitui a materialização da política do executivo de investir na formação do capital humano, como base para o desenvolvimento do país.

O governo investe, anualmente, cerca de 150 milhões de meticais para o financiamento de bolsеiros, no país e no estrangeiro.

Segundo o Ministro da Educação, Augusto Jone, a atribuição de bolsas de estudo deve continuar a privilegiar a excelência e a qualidade, atraindo estudantes com elevada capacidade e sentido de intervenção comprometida com a construção de uma sociedade moçambicana baseada nos ideais de liberdade, da solidariedade, da democracia e de justiça social.

Augusto Jone intervinha na abertura da quinta reunião do Conselho Nacional de Bolsas de Estudo, realizada recentemente, na capital do país, Maputo.

No seu discurso, Jone destacou a necessidade de melhoria do processo, afirmando que “a observância dos critérios transparentes de atribuição de bolsas de estudo e da identificação das áreas prioritárias impõe uma elevada coordenação intersectorial, alinhada às políticas do Governo”.

O dirigente explicou que a reunião constituía oportunidade para reflectir em conjunto sobre os aspectos relacionados com a gestão de bolsas dos estudantes moçambicanos dentro e fora do país.

O Ministro da educação apontou que durante o quinquénio prestes a

terminar, de um total de 5.318 bolsеiros no país e no estrangeiro, foram graduados 1.994, permanecendo no sistema 3.324 estudantes beneficiários deste apoio.

“Dos graduados, 1.114 foram formados nas instituições de ensino nacionais e os restantes 850 fora do país. Dos estudantes formados no estrangeiro, o destaque vai para a Argélia, que recebe, em média, 35 estudantes por ano”.

Rússia e Portugal, na Europa, Argélia e Tanzania, em África, continuam sendo os principais países que acolhem estudantes moçambicanos, cujas despesas são suportados pelo IBE, de acordo com a fonte.

O Ministro defendeu que a concessão das bolsas de estudo com transparência assegura a materialização da política e das prioridades definidas pelo governo em cada etapa de desenvolvimento, permitindo que os recursos financeiros disponíveis sejam racionalizados e adequadamente utilizados na formação do capital humano.

Assegurou que o Ministério da Educação continua atento às necessidades de fomentar a interacção com os diversos sectores que intervêm directa ou indirectamente na batalha de formar quadros, para garantir o desenvolvimento do país.

O Instituto de Bolsas de Estudo, em coordenação com o Departamento de Educação Especial, no Ministério da Educação, têm desenvolvido actividades de busca de alternativas para a retenção, no sistema de bolsas de estudo, dentro e fora do país, de cidadãos que necessitam de cuidados especiais de educação.

Por seu turno, o director geral do IBE,



Ministro da Educação, Augusto Jone

Octávio Manuel de Jesus, explicou que a atribuição de bolsas de estudo é feita na base da confiança na idoneidade das demais instituições do Estado, que emitem os documentos que o candidato é chamado a apresentar na requisição, não sendo possível descer à base para verificar se, de facto, o atestado de pobreza representa a verdadeira situação dos encarregados do candidato à bolsa.

O director geral do IBE falava a respeito de estudantes que acedem a bolsas de estudo, cujos encarregados de educação têm capacidade financeira para custear as despesas de formação dos educandos, devido a lacunas existentes no processo, concretamente na tramitação dos documentos necessários para o pedido de financiamento.

## Ficha Técnica



Propriedade do  
Gabinete de Informação

Registo Nº11/GABINFO-DEC/2013

PERIODICIDADE: Semanal

DIRECTORA: Túnia Macuácuca - 82 98 84 677

EDITOR: Mendes José- 84 345 4000

REDACÇÃO:

Brígida da Cruz, Elisete Muiambo, Manuel Zavala, Mavildo Pedro

MAQUETIZAÇÃO: Jornal Moçambique

REVISÃO: Marcelino E. Mahanjane

MAPUTO, Av. Francisco Orlando Magumbwe Nº780

5º Andar - [jornalmocambique@gmail.com](mailto:jornalmocambique@gmail.com)

tel nº 21 49 02 09

[www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz)

# Reduz desequilíbrio de género na Função Pública

Por : Brígida da Cruz Henrique/Moçambique

*Além de debater a questão dos arquivos do Estado, sob o lema “Consolidando o Acesso à Informação e a Preservação da Memória Institucional na Administração Pública”, o Ministério da Função Pública lançou, semana finda, as terceiras estatísticas dos profissionais do Estado, indicando quem são, onde estão e como estão os funcionários. O instrumento, que mostra a diferença entre homens e mulheres no Aparelho do Estado, contribui, segundo o Presidente da República, Armando Guebuza, para a construção de uma Administração Pública cada vez eficiente e facilitadora da vida dos cidadãos.*

Segundo o Chefe do Estado, que orientou a cerimónia de abertura da Conferência Nacional de Arquivos, que juntou perto 1500 profissionais do Estado, idos de todo o país, as estatísticas dos Funcionários e Agentes do Estado é um instrumento importante para a gestão de recursos humanos, elemento preponderante para que se logre atingir a dinâmica e as mudanças necessárias para que a Função Pública continue a assumir o seu papel e lugar na luta contra a pobreza.

Na Administração Pública, além de indicar quem são, onde e como estão os funcionários do Estado, as estatísticas mostram a diferença entre homens e mulheres no sector. De um total de 296.586 funcionários e agentes do Estado em 2013, 25 por cento era do sexo masculino, contra 27 e 32 por cento, em 2011 e 2009, respectivamente. Portanto, o desequilíbrio de género na Função Pública tende a reduzir gradualmente, de acordo com os esforços do Governo de implementar políticas do género, segundo o Vice-Ministro da Função

Pública, Abdulremane Lino de Almeida.

Em termos de localização, a maioria dos funcionários e agentes do Estado, estimada em 263.430, encontrava-se, em 2013, nos órgãos locais do Estado e o órgão central com 33.156 profissionais. As províncias de Maputo e Gaza apresentam menores níveis de desequilíbrio, na ordem de 7 e 8 por cento, enquanto Cabo Delgado, Nampula e Niassa ostentam 44, 38 e 37 por cento, respectivamente.

As estatísticas do sector público indicam também que em 2013, cerca de 296.586 profissionais do Estado eram do sexo masculino e 111.695 do sexo oposto. Até Dezembro último, 296.586 funcionários e agentes do Estado tinham nomeação efectiva, o correspondente a 49 por cento do total, 77.846 com nomeação provisória e 72.766 contratados. Em 2011, o número de funcionários e agentes do Estado era de 247.725, o que comparativamente a 2013 representa um aumento de 20 por cento.

A cidade de Maputo, com 43.130 profissionais, em 2013, contra 39.410 funcionários e agentes do Estado, em 2011, concentra maior número destes, seguida de Nampula, com 34.711 em 2013, e 26.703 em 2011, e da Zambézia, com 34.582 em 2013, e 27.368 em 2011.

“Os dados confirmam a materialização das políticas de descentralização e desconcentração em curso no país, segundo as quais o distrito é a base e pólo de desenvolvimento e o órgão central responsável pela elaboração, monitoria e avaliação de políticas públicas”, explicou o Vice-Ministro da Função Pública, Abdulremane Lino de Almeida.

Em termos de qualificações

académicas, dos 296.856 funcionários e agentes do Estado existentes, a nível nacional, a 31 de Dezembro de 2013, o efectivo de nível superior foi o que mais cresceu, de 36.406 em 2011, para 55.120, no ano passado. O efectivo de nível médio cresceu de 65.831 para 91.896, enquanto o número de profissionais de nível básico registou um crescimento de 128.131 para 132.340 em 2013, sendo que o efectivo de nível elementar reduziu em um por cento.

Actualmente, o desafio do sector público prende-se com a elaboração de estatísticas dos funcionários e agentes do Estado, produzir e compilar a informação, num trabalho a ser executado em parceria com os gestores dos recursos humanos do Estado a nível nacional.

“Persistem desafios no processo de planificação ligada aos recursos humanos, bem como na formação e capacitação, no domínio das tecnologias de informação e comunicação, no quadro de um registo permanente, eficiente e em tempo útil dos processos ligados aos funcionários e agentes do Estado”, explicou Abdulremane Lino de Almeida.

A par do lançamento das estatísticas dos funcionários e agentes do Estado, a Conferência Nacional de Arquivos lançou o Volume IX (nono) da Colectânea dos Discursos do Presidente da República, intitulada “Saúde da Mulher e da Criança: Um Desafio Multisectorial Que Se Coloca À Escala Planetária”.

Falando na circunstância, a Ministra da Função Pública, Vitória Diogo, afirmou que as colectâneas dos discursos do Presidente da República continuam a ser referência e fonte de inspiração quanto aos valores que guiam e norteiam a forma de ser, estar, pensar, fazer e viver com os outros na Administração Pública.



## CÓDIGO DA ESTRADA

### ARTIGO 91 ( Sinal de pré-sinalização de perigo)

*Continuação*

3.O sinal deve ser colocado verticalmente em relação ao pavimento e ao eixo da faixa de rodagem, a uma distância nunca inferior a 30 m, à frente e à retaguarda do veículo, combinação de veículos ou da carga a sinalizar, por forma a ficar bem visível a uma distância de, pelo menos, 100 m.

4.Os veículos automóveis pesados e reboques, cujo peso bruto exceda 10.000 kg ou tenham mais de 6 m de comprimento, devem estar equipados de marcas reflectivas, de cor amarela, para a sua fácil identificação na via pública.

5.Nas circunstâncias referidas no n.º 2, quem proceder à colocação do sinal de pré-sinalização de perigo, à reparação do veículo ou à remoção da carga deve utilizar o colete reflectivo.

6.Os veículos de tracção manual e os velocípedes devem estar equipados com as marcas reflectivas sempre que transitem nas vias públicas.

7.As características do sinal de pré-sinalização de perigo, do colete reflectivo e marcas reflectivas são fixadas em regulamento.

8.A contravenção do disposto neste artigo é punida com a multa de 1.000,00 Mt, excepto o uso de materiais que não obedeçam às características estabelecidas, em que a multa será de 500,00 Mt e o referido no n.º 7, cuja multa é de 300,00Mt.

### ARTIGO 92 (Identificação em caso de acidente)

1.O condutor interveniente em acidente deve fornecer aos restantes intervenientes a sua identificação, a do proprietário do veículo e a da seguradora, bem como o número da apólice, exibindo, quando solicitado, os documentos comprovativos.

2.Se do acidente resultarem mortos ou feridos, o condutor deve aguardar, no local, a chegada de agente de autoridade.

3.A contravenção do disposto no n.º 1 é punida com a multa de 500,00 Mt.

4.A contravenção do disposto no n.º 2 é punida com a multa de 750,00 Mt, se a sanção mais grave não for aplicável por força de outra disposição legal.

## CAPÍTULO III

### Disposições especiais para motociclos, ciclomotores e velocípedes

#### SECÇÃO I Regras especiais ARTIGO 93 (Regras de condução)

1.Os condutores de motociclos, ciclomotores ou velocípedes não podem:

- a) Conduzir com as mãos fora do guiador, salvo para assinalar qualquer manobra;
- b) Seguir com os pés fora dos pedais ou apoios;

# Breves

## FDD garante emprego no Niassa

O Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), vulgo “Sete Milhões”, permitiu a criação de grande parte de postos de trabalho na província do Niassa, durante o primeiro semestre deste ano. O uso do FDD possibilitou a criação de mais de 2 mil empregos, dos quais 287 para mulheres, em diversos distritos.

Destinado a financiar projectos e iniciativas locais de desenvolvimento, o fundo descentralizado do Governo foi responsável pela criação de cerca de mil novos postos de trabalho, em diversas áreas de actividade, sobretudo, nas zonas rurais.

No mesmo período, a província do Niassa registou mais de mil cidadãos que conseguiram emprego, na sequência de vagas abertas por diversas empresas que operam na região, enquanto outras 249 admissões aconteceram no sector público.

Entretanto, por via do Centro de Emprego 27 candidatos foram admitidos a emprego, enquanto o Fundo de Apoio a Iniciativas Juvenis criou 21 postos de trabalho.

## INEFP cria resposta para novos investimentos em Sofala

A Delegação Provincial do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP), em Sofala, está a introduzir novas matérias, na grelha dos cursos ministrados, para responder ao mercado do trabalho naquele ponto do país, caracterizado pela entrada de novos sectores e actividades, que requerem mão-de-obra qualificada. Nos últimos dias, o INEFP graduou, entretanto, 845 estudantes, dos quais 76 do sexo feminino, dos cursos de electricidade, mecânica industrial, carpintaria, canalização, entre outros, através de pacotes de duração até seis meses.

Após a formação, alguns estudantes realizam estágio em empresas, no âmbito da política governamental tendente a garantir experiência e competências profissionais.





- c) Fazer-se rebocar;
  - d) Levantar a roda da frente ou de trás no arranque ou em circulação;
  - e) Seguir a par, salvo se transitarem em pista especial e não causarem perigo ou embaraço ao trânsito.
2. Os condutores de velocípedes devem transitar o mais próximo possível das bermas ou passeios, mesmo nos casos em que, no mesmo sentido de trânsito, sejam possíveis duas ou mais filas.

3. A contravenção do disposto nos números anteriores é punida com a multa de 300,00 Mt.

## **ARTIGO 94 (Transporte de passageiros)**

1. Nos motociclos, triciclos, quadriciclos e ciclomotores é proibido o transporte de passageiros de idade inferior a sete anos, salvo tratando-se de veículos providos de caixa rígida não destinada apenas ao transporte de carga.

2. A contravenção do disposto neste artigo é punida com a multa de 300,00 Mt.

## **ARTIGO 95 (Transporte de carga)**

1. O transporte de carga em motociclos, ciclomotores ou velocípedes só pode fazer-se em atrelado ou caixa de carga.

2. É proibido aos condutores e passageiros dos motociclos, ciclomotores ou velocípedes transportar objectos susceptíveis de prejudicar a condução ou constituir perigo para a segurança.

3. A contravenção do disposto neste artigo é punida com a multa de 250,00 Mt.

## **SECÇÃO II Iluminação e sanções**

### **ARTIGO 96 (Utilização das luzes nos motociclos e ciclomotores)**

1. Nos motociclos, triciclos, quadriciclos e ciclomotores, o uso de dispositivos de sinalização luminosa e de iluminação é obrigatório em qualquer circunstância.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 61, os condutores de motociclos e ciclomotores devem transitar com a luz de cruzamento acesa.

3. Sempre que, nos termos do artigo 61, seja obrigatório o uso de dispositivo de iluminação, os velocípedes só podem circular com utilização dos dispositivos que, para o efeito, forem fixados em regulamento.

4. A contravenção do disposto neste artigo é punida com a multa de 500,00 Mt.

### **ARTIGO 97 (Avaria nas luzes)**

1. Em caso de avaria nas luzes de motociclos ou ciclomotores é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 62.

2. Em caso de avaria nas luzes, os velocípedes devem ser conduzidos à mão.

3. A contravenção do disposto neste artigo é punida com a multa de 250,00 Mt.

### **ARTIGO 98 (Sinalização de perigo)**

É aplicável aos motociclos e ciclomotores, quando estejam munidos de luzes de mudança de direcção, o disposto no artigo 63, com as necessárias adaptações.

## Relações EUA-África

A capital federal dos Estados Unidos da América (EUA), Washington D.C., acolhe, desde ontem (terça-feira, 5 de Agosto) e hoje, a cimeira de Chefes de Estado e de Governo africanos e os Estados Unidos da América. No encontro, Moçambique faz-se representar pelo Presidente da República, Armando Guebuza, chefe da delegação que integra, além de membros do Governo, homens de negócios, que têm como missão procurar atrair investimentos para o país. Mas afinal quando começam as relações Estados Unidos-África?

Grego, L Garland, chefe de Imprensa e Assuntos Públicos no Bureau de Assuntos Africanos do Departamento de Estado, fez um trabalho que julgamos valer a pena que sirva de fonte, para o caro leitor perceber o 'casamento' EUA- África.

A criação, pela administração Eisenhower, do Bureau de Assuntos Africanos, há meio século, assinalou um passo ousado, distante do que tinha sido até então uma visão política eurocêntrica e quase colonial de África.

Longe de ser uma decisão tomada num vazio burocrático, o nascimento do Bureau África no Departamento de Estado resultou da interligação de três grandes forças nos meados do século vinte: o Movimento em Defesa dos Direitos Civis, a Guerra-Fria e a Descolonização.

Ralph Johnson Bunche, do Departamento de Estado e Richard Nixon, que teve dois mandatos como Vice-Presidente de Eisenhower, antes de tornar-se Presidente, exemplificaram estas forças e, de forma importante, são os padrinhos intelectuais do Bureau África. Os homens gigantes e diferentes dos meados do século vinte personificavam muitas tendências, com frequência contraditórias, da política externa americana em relação à África. Os seus caminhos raras vezes cruzaram-se, mas o poder das ideias e os interesses que representavam determinaram, em grande medida, e ajudaram a explicar o curso das relações da América com o continente africano durante as décadas subsequentes.

É importante notar que ambos eram oriundos do Sul da Califórnia, do início do século vinte, uma espécie de sociedade aberta pós-fronteira, longe das lutas raciais do sul segregado e das tensões de classe do norte industrializado. Ambos vieram de ambientes humildes, com a ajuda de bolsas de estudo para frequentar o ensino superior.

*Um africanista profissional*

Nos anos 40, Ralph Bunch tinha se tornado um proeminente cientista político, doutorado em Harvard, que criou um programa de estudos africanos na Universidade Howard, em Washington. Ele captou perfeitamente a ligação íntima entre o racismo institucionalizado nos Estados Unidos e o colonialismo em África. "Como afro-americanos", escreveu ele, "não nos é permitido partilhar plenamente o fruto da democracia, mas são-nos dadas algumas cascas desse fruto".

Contudo, o africanista profissional tinha uma perspectiva ampla. Em 1941, juntou-se à equipa do sociólogo sueco Gunnar Myrdal, quando esta realizava um estudo financiado pelo Carnegie Endowment, sobre as relações raciais americanas. Bunche escreveu grande parte do trabalho inovador que o estudo iria produzir, "An American Dilemma" (1944), que forneceu o modelo para as próximas duas décadas de luta pelos direitos civis. Ele compreendeu todas as implicações da Carta Atlântica, o documento americano e britânico de 1941, que proclamou a liberdade dos povos, com o objectivo central da causa da guerra dos aliados.

Depois de Pearl Harbor, Bunche trabalhou pouco tempo no Escritório de Serviços Estratégicos - precursor da CIA - como especialista em África. Ingressou no Bureau do Departamento de Estado de Assuntos do Próximo Oriente, Sul da Ásia e África, como africanista, antes de passar para a recém-criada Organização das Nações Unidas, em 1945. Dedicava-se à descolonização quando não estava a tratar da paz internacional ou a servir de principal conciliador das Nações Unidas, tendo ganho o Prémio Nobel por mediar o cessar-fogo israelo-árabe, em 1948.

Fonte: [www.info-angola.ao](http://www.info-angola.ao)

## Curiosidades

### Terra do Tio Sam – Porquê?

Considerado um dos símbolos famosos do mundo, o Tio Sam é a personificação do país mais poderoso do planeta, os Estados Unidos da América (EUA). Provavelmente você já ouviu esse nome como uma referência aos EUA. Porém, você sabe como surgiu o Tio Sam?

De acordo com documentos históricos dos Estados Unidos, o termo Tio Sam foi criado em 1812, por soldados dos Estados Unidos, que estavam no norte de Nova Iorque. Eles alimentavam-se de carne cujo recipiente eram barris com a seguinte inscrição: U.S (United States), em português, "Estados Unidos".

Os soldados passaram a brincar com o significado das letras, chamando "carinhosamente" Samuel Wilson, dono da empresa fornecedora dos alimentos, de "Uncle Sam", em português, "Tio Sam".

Em 1870, o cartoonista Tomas Nast realizou o desenho do Tio Sam, em homenagem a Abraham Lincoln (antigo Presidente dos Estados Unidos, considerado herói nacional), que teve os traços de seu rosto como inspiração para o trabalho. Tio Sam foi retratado como um senhor de cabelos brancos e barbicha, usando roupas das cores da bandeira dos Estados Unidos da América (azul, vermelho e branco), além da cartola com uma estrela branca.

No entanto, em 1917, James Flagg, a pedido das Forças Armadas dos EUA, alterou o desenho original. Tio Sam passou a ter o dedo em riste e foi acrescentada a seguinte frase: "I Want You", em português, "Eu quero você". A modificação foi uma estratégia para o recrutamento de soldados para a Primeira Guerra Mundial.

Fonte: [www.brasilecola.com](http://www.brasilecola.com)